

RESENHAS

PROLETARIZAÇÃO E SINDICALISMO DE PROFESSORES NA DITADURA MILITAR (1964-1985)¹

Natalia Keller de A. Trajber²

Nessa pequena obra, os autores traçam a história da categoria do docente no Brasil, tendo como foco de análise as transformações ocorridas e decorrentes do período do Regime Militar. A trajetória descrita origina-se antes da configuração de uma categoria propriamente dita até a sua constituição, incluindo aí suas características anteriores e posteriores ao processo de proletarização, a organização sindical e seu movimento em prol de transformações substanciais na conformação política, econômica e social não só da categoria, mas de toda a sociedade brasileira. Os autores constroem sua argumentação em torno da ideia de que o processo de proletarização e sindicalismo dos professores deu-se como consequência das transformações impostas pelo regime militar. Se, por um lado, as condições que levaram a tal processo são claramente negativas para a atuação e a qualidade de vida e trabalho dos docentes, por outro, as consequências sociais da organização da categoria são positivas, ou, como afirmam os autores, “o movimento sindical do magistério [...] saiu ganhando no geral, mas perdeu no particular” (p. 77).

Na *Introdução*, Ferreira Jr. e Bittar situam o leitor no contexto histórico educacional brasileiro (trajetória e contemporaneidade) e indicam, com absoluta

¹ FERREIRA JR., Amâncio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964 - 1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar/Edições Pulsar, 2006. 108p. ISBN 85-98907-09-X.

² Mestranda em Fundamentos da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – PPGE/UFSCar. End.: Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos - SP - Brasil - CEP 13565-905 - E-mail: natalia.trajber@terra.com.br

clareza, os objetivos militantes do estudo, dentre eles, a defesa da categoria e sua absolvição quanto à culpa a ela - e somente a ela - creditada pela atual má qualidade da educação; trazem também o conceito de “proletarização” do professor ao descrever o empobrecimento econômico e cultural do mesmo - tendo a alienação como consequência - e a formação de uma classe de trabalhadores da educação a partir do crescimento numérico e de uma formação “específica” - que pode ser entendida como técnica estrita, receitual e alienada.

No *Capítulo I: O Golpe Militar de 1964*, temos um retrato do que foi o Regime Militar, como se instaurou, quais eram suas intenções e sua ideologia, assim como seu mecanismo de atuação e seu modelo de desenvolvimento. Esse modelo econômico, forjado pelo “Estado”, que combina atraso e progresso (moderno) produziu um “milagre econômico”, aparente e efêmero, que, como sabemos, deixou atrás de si um rastro inflacionário sem paralelo, um arrocho salarial para a grande massa da sociedade (classes baixas e médias), uma dívida externa escatológica e escravizante, isso para citar apenas reflexos estritamente econômicos. Mas o que demonstram os autores é que esse regime e seu modelo sócio-político-econômico, ao “modernizarem” as relações capitalistas de produção acentuaram o já tradicional processo de formação social brasileiro, caracteristicamente autoritário e excludente. “A modernização autoritária da sociedade brasileira foi marcada pela descontinuidade sem ruptura, processo no qual muda-se uma ordem institucional conservando-se elementos estruturais da anterior” (p. 21).

O *Capítulo II: A Ditadura Militar e a Repressão Política* apresenta um retrato da repressão política que caracterizou esse período, “sustentando-o”, incluindo a prática desumana e injustificável da tortura no Brasil durante a ditadura militar.

No *Capítulo III: A Transição Democrática*, os autores apresentam o esgotamento do modelo econômico (e também do repressivo), que se verifica a partir de 1974, e a transição que se impõe inexoravelmente, mas que se realiza a partir de dois referenciais distintos, um social (transição necessária, reclamada pela sociedade) e outro estatal (transição consentida, na tentativa de permanência da mesma ordem, ou seja, de continuidade, com um “novo governo”, entretanto, com instituições e políticas do antigo regime). Estavam em jogo, então, interesses de dois blocos sócio-políticos, um empresarial-militar e outro formado pelas categorias sociais de proletários, intelectuais, classes médias, profissionais liberais, estudantes e assalariados, todas historicamente excluídas das esferas político-decisórias pelas elites brasileiras (militar e burguesa-agrária-empresarial). Nesse capítulo, Ferreira Jr. e Bittar tratam da dicotomia entre a sociedade civil (massa detentora de direitos relativos e de deveres) e a sociedade política (elite anteriormente descrita, efetivamente portadora de direitos); apre-

sentam, ainda, os eventos que levaram à retomada da democracia: a revogação do AI-5; o novo movimento sindical ascendente, impulsionado pela criação de diferentes categorias profissionais (a criatura voltando-se contra o criador) como consequência do modelo econômico que proletarizou inclusive os professores; e as mudanças no comportamento sócio-político das classes médias, também provocadas pelo processo histórico corrente.

É no *Capítulo IV - A Origem Social dos Professores* e no *Capítulo V, As Reformas Educacionais do Regime Militar e o Novo Perfil do Professorado Brasileiro* que os autores efetivamente demonstram aquilo que já se desenhava, ou seja, levantam os fatores que levam os professores, grupo composto por profissionais liberais, representantes das classes médias altas, intelectuais, e padres, e que gozava de um *status* social elevado, a se constituírem como uma categoria social agora mais heterogênea, mais complexa, mais dividida ao mesmo tempo em que mais organizada, mais pauperizada econômica e culturalmente, sem *status*, e tachada como responsável pela degradação cultural, científica e social da população brasileira, quando é ela mesma fruto dessa degradação engendrada pelo regime militar precedente. Dentre os fatores que levam à constituição da categoria dos “profissionais da educação”, apresentam a segmentação mais complexa das classes médias, a partir da ampliação dos setores administrativos-burocráticos e técnico-científicos, a ampliação numérica do acesso à educação (leia-se ensino básico obrigatório), que exigiu uma rápida expansão numérica de professores com formação “aligeirada” (rápida e simplificada), e em atenção a outros interesses do Estado, como sabemos: oferecer respostas mínimas às massas, formação de mão-de-obra e de reserva de mercado, ampliação da população economicamente ativa para incremento da economia capitalista, captação de recursos e submissão às normas das agências norte-americanas de fomento político-econômico, etc. Os autores enquadraram o professorado como “uma categoria das ‘classes médias’ porque o seu trabalho a coloca do lado do trabalho não-manual da atividade humana.” Ainda, dizem, “o professorado dos sistemas estaduais de ensino básico, pelo seu contingente quantitativo e capacidade de organização/mobilização sindical, acabou por se transformar numa das mais importantes categorias do universo social das classes médias” (p. 60). Porém, há uma contradição sócio-econômica promovida pelo processo engendrado pelo regime militar e seu “milagre econômico”: a necessidade de inclusão da classe docente na população economicamente ativa para o incremento da economia capitalista é paradoxal com a tendência de achatamento dessa mesma massa salarial pelas relações capitalistas de produção, que a igualavam à classe operária fabril. São a expansão quantitativa do ensino de 1º e 2º graus, com o conseqüente aumento necessário

do número de professores, o aligeiramento da formação dos mesmos (licenciatura curta) e o arrocho salarial - marca da política econômica do regime militar - que, de maneira geral, levam à proletarização da categoria. Além disso, poderiam eles dizer que a diretriz imposta, tecnicista/conteudista, que passa a nortear a política/prática educacional é igualmente importante e está relacionada à formação aligeirada a que os novos integrantes da categoria estavam sujeitos. Os professores “foram, talvez, mais intensamente afetados pela proletarização do que qualquer outra categoria de trabalhadores urbanos no Brasil” (PERALVA, 1991 apud FERREIRA Jr.; BITTAR, p. 63). É importante a discussão que os autores trazem quanto à composição da velha e da nova categoria dos professores, bem como as divergências de interesses provocadas pela composição heterogênea da segunda, tendo uma pequena fração oriunda da burguesia ou da alta classe média, em movimento descendente na escala social, devido às relações de produção estabelecidas no modelo capitalista e outra parte, oriunda de “determinadas frações das classes médias baixas ou das camadas dos trabalhadores urbanos que se beneficiaram da massificação da educação universitária” (p. 72) em movimento ascendente na estrutura social, “para quem ser professor significa quase o apogeu na escala de ascensão social”, e que apresenta um comportamento mais conservador, resistente “à luta por modificações e transformações na educação e na sociedade” (ABRAMO, 1986 apud FERREIRA Jr.; BITTAR, p. 73). Tal composição da nova classe, combinada com os fatores acima descritos, trouxe como consequências a degradação cultural por deficiência de formação inicial e continuada e a cisão do grande grupo. Destacam-se como outros fatores concorrentes para a proletarização dos professores a “expansão e concentração das empresas privadas no setor, o corte dos gastos sociais, a lógica controladora da administração pública, a repercussão dos salários sobre os custos da força de trabalho adulta” (ENGUITA, 1991 apud FERREIRA Jr.; BITTAR, p. 70) que levam a uma redução na idade dos profissionais ativos, que se traduz em profissionais com baixa experiência e capital cultural, ocorrendo a perda do *status* social da classe.

No *Capítulo VI: A Conquista das Liberdades Políticas e o Agravamento das Condições de vida e de Trabalho dos Professores*, concluem os autores que a conquista das liberdades políticas não foram suficientes para a retomada do crescimento econômico nem para uma mais justa redistribuição de renda, pois a política macroeconômica do novo regime, pautada no liberalismo e no neo-liberalismo, provocou o agravamento das condições de vida e de trabalho dos professores públicos, bem como da população trabalhadora em geral. É aqui que os autores trazem a análise dos resultados alcançados pelo movimento sindical dos professores, que “saiu ganhando no geral, mas perdeu no parti-

cular” (p. 77), ao ter influenciado de maneira decisiva as transformações sociais no campo político, mas não conseguindo atendimento às suas reivindicações específicas, tendo suas condições de vida e trabalho ainda mais deterioradas, em consequência da continuidade econômica e do acirramento das relações capitalistas de produção e dos conflitos de interesses presentes dentro da classe. Colocam, ainda, que a última década do século XX assistiu a uma mercantilização da educação que provocou forte impacto negativo na formação dos professores, produzindo uma “formação intelectual indigente”. Indicam, por fim, três grandes problemas na conjunção educacional da atualidade, quais sejam: o acesso, a permanência e a aprendizagem efetiva, dentre os quais o professor tem influência direta nos dois últimos, se tiver uma formação adequada e uma remuneração condizente. O acesso tem sido o único efetivamente atacado pelos sucessivos governos, o que obviamente é muito pouco para transformar nossa realidade educacional.

Em suas *Considerações Finais*, os autores sintetizam a discussão, apontando as duas reformas educacionais promovidas pelo Regime Militar como responsáveis pela extinção da carreira docente e pela criação da categoria dos profissionais do ensino básico, com deterioração das condições econômicas e da formação acadêmica, que resultam num dos principais problemas da escola pública brasileira contemporânea e analisam as causas do esgotamento do mecanismo de greve. É o movimento sindical, em sua reflexão, que chama a atenção para a nova conformação da escola pública como resultado da política macroeconômica e educacional pautadas pela quantidade. Assistimos hoje a um paradoxo, ao vivermos uma “nova era da educação de massas” de qualidade pífia, em contraposição às boas escolas para poucos. Enquanto Gramsci acreditava que a qualidade da escola pública não seria alcançada se a quantidade não estivesse presente (MANACORDA, 1989) (escola para todos), parece que nossos governantes acreditam que dar acesso a todos seja o suficiente.

Outra importante discussão apresentada nas considerações finais diz respeito à crise de identidade do professor, que se aprofunda na década de ‘90, mas que tem origem no surgimento da categoria profissional dos trabalhadores da educação, que apresenta em seu bojo uma concepção ideológica do professor como proletário/técnico da educação, e não mais como educador, ocupação complexa, que requer formação humanista, omnilateral, como acreditava Gramsci, Makarenko, Marx, os próprios autores e tantos outros pensadores de uma educação efetiva, em direção a um mundo mais justo e igualitário.

Se o leitor ainda me permitir, gostaria de parafrasear uma citação encon-

trada no apagar das luzes, perdão, no fim do livro, e que me perdoem também o Quintana e o Graco³(!), mas:

os professores não mudam o mundo,
quem muda o mundo são as pessoas,
os professores só mudam a educação (se tiverem condições para tal)
e a educação (da boa) é que muda as pessoas.

REFERÊNCIA

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1989.

³ Ao grande poeta Mário Quintana atribuiu-se esta singela, bela e poética frase, mas há controvérsias sugerindo que seu autor original seja Caio Graco: "Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas, os livros só mudam as pessoas."